

MINERAÇÃO SOBRE TERRAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E ÁREAS DE PROTEÇÃO

Indira Marques
Fernando Araújo
Gilberto Marques¹

Dezembro, 2018

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS NÃO TÊM INDUZIDO O DESENVOLVIMENTO LOCAL: PEM-2030

O Pará é o segundo maior estado minerador do Brasil, e continua expandido aceleradamente a extração de seus recursos. Em dezembro de 2016 entrou em operação da mina S11D em Canaã dos Carajás, um dos maiores investimentos da história da Vale. Mas, tal qual outros, destina-se tão somente a extrair minério, tendo pequena capacidade de agregação de valor e geração de emprego local.

O governo estadual elaborou o Plano de Mineração do Estado do Pará 2014-2030 (PEM-2030). Segundo as estimativas contidas no plano, as exportações de minerais e metais no estado passarão de 116 milhões para 300 milhões de toneladas entre 2010 e 2030. A projeção de crescimento da atividade mineral no Pará vem acompanhada da descoberta de novas minas, da introdução de novas tecnologias que busca aumentar a escala de produção.

O Pará conta com 55 municípios que já constataram minas em seu território. A previsão para 2030 é de que mais de 80 municípios estejam abrigando a mineração (PEM-2030). Entre os processos minerários, os que mais se destacam em termos de quantidade são os requerimentos de pesquisa. Embora, eles não garantam o direito de acesso ao subsolo, são um forte indício do grande interesse por áreas de extração mineral no estado.

O PEM-2030 se propõe ser instrumento de planejamento à boa gestão dos recursos minerais, com base no uso sustentável e na geração de valor aos minérios e ao território, a fim de promover a competitividade e combater a pobreza e a desigualdade no Pará. Para tal, parte do diagnóstico de que a mineração no Pará está estruturada em empreendimentos de larga escala para exportação e por pequenas empresas com elevado índice de informalidade. Isso, na visão do governo estadual, faz com que a mineração não contribua, na devida proporção, com as finanças do estado. Assim, produção hegemônica pela indústria extrativa, assentada na exportação de *commodities*, e os efeitos negativos da questão tributária desse setor, são apresentados como os principais desafios do PEM-2030. Apesar disso, o Plano apresenta o setor mineral como atividade decisiva para o desenvolvimento do Pará.

A proposta para a mineração no Pará é a integração vertical e horizontal das cadeias produtivas minerais. Ela possibilitará, na compreensão de seus elaboradores, ampla gama de oportunidade de negócios, multiplicando empreendimentos empresariais e dinamizando a economia regional. A articulação das cadeias induziria agregação de valor e maior ingresso

¹ A autora e autores deste texto são pesquisadores da Faculdade de Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará /IFCH/UFPA

de recursos financeiros e circulação e distribuição de riqueza na região mineradora. A integração entre a estrutura produtiva vertical e suas redes de fornecedores representaria uma expressiva oportunidade para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas locais e regionais, contribuindo também para elevar a circulação de riqueza e a qualidade de vida.

Ainda que veja desafios, o plano é otimista em relação à mineração no desenvolvimento estadual. O investimento na indústria de extração e de transformação mineral exercerá significativos impactos na economia paraense. Mas, segundo a formulação, são necessárias políticas que potencializem os efeitos positivos da incrementação da produção minero-metalúrgica: formação de capital humano, articulação e integração das cadeias produtivas e a melhoria da qualidade da gestão pública e da governança nos municípios.

A infraestrutura logística também foi evidenciada pelo PEM-2030 como condição indispensável à viabilidade da expansão da produção mineral, assim como possibilitará, segundo os formuladores do plano, que esta atividade econômica se torne efetivamente um vetor de desenvolvimento socioeconômico para as diferentes regiões do Pará. Nesse sentido, o Pará foi dividido espacialmente em dois grandes “eixos” logísticos: leste e oeste.

O eixo leste, mais desenvolvido, segundo a caracterização do plano, envolve as regiões de integração: Metropolitana de Belém (Guajará), Tocantins, Rio Capim, Lago de Tucuruí, Carajás e Araguaia. Neste eixo se destacam os grandes empreendimentos da Província Mineral de Carajás, sidero-metalúrgicos de Parauapebas e Marabá, plantas de extração de caulim e bauxita em Ipixuna e Paragominas, as indústrias de materiais para a construção civil, cerâmica vermelha e cimento do Nordeste paraense e o parque metalúrgico de Barcarena.

O eixo oeste inclui as regiões de integração do Tapajós e Baixo Amazonas, onde se destacam ouro e gemas nos municípios de Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso; cimento em Itaituba, e bauxita nos municípios de Juruti, Oriximiná e Terra Santa.

Ainda no campo do otimismo, o PEM-2030 destacou o caso Juruti-Alcoa como um exemplo positivo na dimensão social. A mina em exploração está localizada na área de assentamento agroextrativista (PAE Juruti Velho). Esse seria exemplo de um novo momento da história da relação entre a população local e os empreendimentos minerais no Pará, onde a comunidade passa a ser a protagonista deste cenário.

PEM-2030 busca definir regras para a mineração em unidades de conservação (UC's), e como exemplo desta questão destaca que “os principais empreendimentos minerais do Estado (MRN e Vale) estão dentro de UC's, o que demonstra longo histórico de convivência entre a atividade considerada de alto potencial impactante com áreas de especial equilíbrio ecológico” (PEM, 2014, p. 151).

Em síntese, frente à expansão mineral o plano busca desenvolver estratégias de planejamento, tais como: estímulo à produção mineral, regulação da atividade mineral, indução e persuasão às atividades minerais, através de políticas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e de economia de aglomeração. Também propõe eficácia no licenciamento ambiental, programas de qualificação de mão de obra, entre outras medidas que

possibilitem minimizar as adversidades e potencializar as oportunidades da atividade mineral no processo de desenvolvimento do estado. Isso ocorreria tendo base sustentável e envolveria todas as etapas da mineração, desde a pesquisa até a transformação mineral.

Um otimismo pouco sustentável

Infelizmente, o otimismo do plano se choca com a realidade, a começar pela limitação de recursos para alterar o curso da grande mineração industrial no Pará. Mais importante ainda é a falta de um projeto político de transformação social que coloque a mineração como parte do verdadeiro desenvolvimento local. Os grandes empreendimentos têm uma capacidade muito alta de alterar as dinâmicas locais – em alguns casos mais do que o próprio estado, que é chamado quando os impactos socioambientais se generalizam e ele tem que responder às demandas geradas pelos empreendimentos: saúde, educação, segurança, etc. Também não se pode igualar a responsabilidade das grandes transnacionais e das micro e pequenas empresas e dividir a responsabilidade igualmente sobre os problemas tributários gerados.

A verticalização mineral, diferentemente do que afirma o plano, tem sido insuficiente para gerar desenvolvimento social. O pouco que se tem mostra um caminho inverso, é o que acontece em Barcarena-PA, com o aumento do emprego precário, prostituição, violência, destruturação de comunidades locais e despejos de rejeitos minerais em rios e matas, entre outros. Mesmo o caso apresentado como exemplo de protagonismo da comunidade local, a extração de bauxita sobre o PAE Juruti Velho, desde o seu início vem sendo marcado por muitos conflitos e tensões entre a empresa e a comunidade. Quem tem lucrado é a empresa. Ainda falta muito para falarmos de sustentabilidade na mineração no Pará e os instrumentos indicados pelo governo estadual não nos parecem suficientes para reverter esse quadro.

PROCESSOS MINERÁRIOS

No mapa localizou-se o total de interesses minerários sobre as terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação. Entende-se como interesses minerários: requerimento de pesquisa, autorização de pesquisa, requerimento de lavra, concessão de lavra, requerimento de lavra garimpeira e lavra garimpeira. O período abordado é de 1967, ano de adoção do código de mineração nos governos empresarial-militares, até meados de 2018. Levantou-se o conjunto dos processos minerários envolvendo a totalidade das substâncias minerais (ferro, por exemplo), desde aquelas de interesses das grandes transnacionais até as exploradas por empreendimentos de pequeno porte (areia, por exemplo).

Destaca-se que a quantidade de terras de comunidades tradicionais que têm mineração sobre seu território é maior que aquele que constatamos no mapa. Isso é assim principalmente porque não se incluíram todos os tipos de comunidades tradicionais. Além disso, muitas terras quilombolas ainda carecem de delimitação, sendo que algumas sequer deram início ao processo de reconhecimento. Em alguns casos a comunidade se reconhece como quilombola, mas não formalizou nenhum pedido de delimitação de suas terras.

O professor Girolamo Treccani (UFPA), pesquisador de longa data sobre as comunidades e terras quilombolas, chama atenção para a dificuldade de se ter uma precisão sobre o

tamanho desses territórios. “No que diz respeito às terras quilombolas, um dos grandes problemas para sua localização é que existem dezenas, centenas de comunidades espalhadas Brasil afora que sequer apresentaram seu pedido ao órgão competente. Isso significa que são comunidades onde ainda não se sabe qual o território a ser titulado”.

PROCESSOS MINERÁRIOS SOBRE TERRAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E DE CONSERVAÇÃO

O mapa demonstra expressiva quantidade de áreas de processos minerários distribuídos em quase todo o estado do Pará, porém não de forma homogênea, pois se concentram principalmente em três grandes porções do estado.

- No Sudeste: cobrindo grande área dos municípios de Água Azul do Norte, Bannach, Canaã dos Carajás, Conceição do Araguaia, Curionópolis, Marabá, Novo Repartimento, Palestina do Pará, Parauapebas, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia e Tucumã. Essa é a área da província mineral de Carajás e de seu entorno. A descoberta da mesma nos anos 1960 e a corrida pelo ouro nessa e nas décadas seguintes estimularam este processo e os conflitos que surgiram por conta de, em grande medida, eles se sobrepõem às comunidades tradicionais e unidades de conservação.
- No Sudoeste: abrangendo extensa área dos municípios de Altamira, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso e Trairão. Foi uma região muito impactada pelos garimpos de ouro e que atualmente abriga processos de exploração do ouro por empresas, incluindo algumas de grande porte.
- Noroeste, na calha norte do rio Amazonas: cobrindo grande área dos municípios de Almeirim, Monte Alegre, Oriximiná e Terra Santa. Ainda nos anos 1960 foram descobertas as reservas de bauxita no rio Trombetas e, a partir de então, se intensificaram as pesquisas minerais na área, mapeando todos os municípios do entorno.

No restante do estado as áreas dos processos minerários se localizam principalmente no Nordeste (próximo à divisa com o Maranhão) e ao longo da BR-230 (Transamazônica). As estradas facilitam a pesquisa e exploração mineral, mas onde elas não existem isso não representa uma barreira intransponível, pois, dependendo da reserva, compensa à grande empresa articular a infraestrutura necessária à extração das riquezas.

No que concerne seu tamanho, as áreas variam de menores que 0,01 ha até 100.000 ha, com diversos pontos de sobreposição, onde diferentes processos compartilham a mesma área. A soma das áreas dos processos minerários é de aproximadamente 52.692.562,81 ha que correspondem a 42,20% do território estadual. Entretanto, a área real coberta pelos processos (desconsiderando as sobreposições entre as áreas de diferentes processos) é de aproximadamente 46.226.068,5 ha.

Área total do estado do Pará e dos processos minerários, em hectare

Área total de processos minerários (a)	Área total do estado do Pará (b)	a/b
52.692.562,81	124.858.066,92	42,20%

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados levantados

Terras indígenas

O mapa apresenta 55 áreas e limites de Terras Indígenas (TI), localizadas predominantemente nas porções sul, central e noroeste do estado. A maioria delas está sobreposta por áreas de processos minerários. Isso corresponde, entre outros motivos, ao processo histórico de ocupação e às agressões (assim como resistência) a essas populações. Parte importante dos povos indígenas da Amazônia brasileira migrou do litoral para a região fugindo do genocídio cometido pelo colonizador europeu. Quanto mais avançou a colonização, mais certos povos adentraram regiões profundas da floresta.

No decorrer do século XX isso ganhou novos contornos na medida em que a colonização conduzida pelo Estado brasileiro impulsionou o movimento de pequenos migrantes e particularmente de latifundiários do Sul-Sudeste rumo à Amazônia. Isso se chocou com os povos indígenas presentes, gerando novo etnocídio (assassinatos de etnias inteiras), mas também levou a muita resistência e maior organização social desses povos. Isso, associado a outros fatores, como o maior engajamento de setores importantes da sociedade brasileira com os direitos indígenas, ajuda a entender a conformação, delimitação e localização das terras indígenas.

Na parte sul do Pará, os casos de sobreposição mais acentuados ocorrem nas Terras Indígenas Baú, Menkragnoti, Apyterwa e Karajá Santana do Araguaia. As TI's Kayapó, Badjonkore, Kayabi, Maranduba e Munduruku não apresentam um nível de sobreposição tão acentuada quanto as anteriores, porém têm suas áreas cercadas por áreas de processos minerários, o que significa uma pressão sobre as mesmas. As TI's Xikrin do Rio Cateté e Sai-Cinza se encontram tanto com a maioria de suas áreas sobrepostas por áreas de processos minerários, quanto cercadas por elas.

Na parte central do estado, os casos de sobreposição que mais se destacam são nas terras indígenas: Apyterewa, Trincheira Bacajá, Arara, Arara da Volta Grande do Xingu, Juruna do km 17 e Paquiçamba. As TI's Paquiçamba e Sawré Muybu (Pimental) se encontram tanto com a maioria de suas áreas sobrepostas por áreas de processos minerários, quanto cercadas por elas.

Na parte noroeste do estado, chama atenção especial as sobreposições nas Terras Indígenas Nhamundá/Mapuera, Rio Paru Deste, Parque do Tumucumaque e Trombetas/Mapuera. As TI's Kayapó, Badjonkore, Kayabi, Maranduba e Munduruku, ainda que não apresentem um nível de sobreposição tão acentuada quanto as anteriores, têm suas áreas cercadas por áreas de processos minerários. Enquanto as TI's Xikrin do Rio Cateté e Sai-Cinza se encontram tanto com a maioria de suas áreas sobrepostas por áreas de processos minerários, quanto cercadas por elas.

Unidades de Conservação

O mapa representa a área e os limites de 81 Unidades de Conservação (UC) que cobre predominantemente a porção oeste (noroeste e sudoeste) do estado, apesar de se concentrar em maior quantidade na parte leste, principalmente no Marajó e nordeste paraense.

No tocante aos casos de sobreposição das áreas de processos minerários com unidades de conservação, os mais acentuados ocorrem nas FLONAs Saracá-Taquera e Paru, REVIS Lago Mole, REBIO Maicuru – localizadas na porção noroeste do estado. Destaca-se também as FLONA's Jamaxim, Crepori, Amanã e Itaituba II e na APA Tapajós (localizadas na porção sudoeste do estado), APA São Geraldo do Araguaia e PES Serra dos Martírios/Andorinhas, além dos casos mais notáveis das PNM Vereda dos Carajás, PARNA Campos Ferruginosos, FLONAs Carajás, Tapirapié-Aquiri e Itacaiunas e a APA Igarapé Gelado (na província mineral dos Carajás) – localizados na porção sudeste do estado. Estas últimas, além de terem grande parte de sua área sobreposta, também estão “cercadas” por áreas dos processos minerários. 12.101 áreas de processos se sobrepõem às unidades de conservação.

Território Quilombola

O Mapa representa 67 áreas e limites dos Territórios Quilombolas, que se localizam na faixa norte do estado, com maior quantidade na sua porção nordeste – que concentra mais de 70% do número de territórios. Isso decorre do processo de colonização da região, pois essa foi a área que abrigou as primeiras vilas e cidades da colonização portuguesa.

Com as dificuldades (e posterior proibição) de escravização dos indígenas, o colonizador passou a concentrar o trabalho forçado sobre o trabalhador africano, transformado em mercadoria, tal qual um animal qualquer. O pesquisador Vicente Salles (professor da UFPA) calculou que foram “importados” 53.217 escravos africanos para a região. Como estes trabalhadores eram levados para as propriedades que se localizam nas áreas de colonização mais antiga, foi aí também que ocorreram os maiores conflitos e a constituição de quilombos, dos quais muitas comunidades atuais são remanescentes.

Essa não é a área de maior incidência dos processos minerários, mas eles existem, e incidem sobre parte das terras quilombolas, direta ou indiretamente. É o caso da comunidade de Jambu-açu no município de Moju, que abriga a passagem de minero duto e linhas de energia elétrica. Dessa forma, regiões, como é o caso do Baixo Tocantins e outras mais (com forte presença negra), ainda que não tenham sido objeto de processos minerários mais numerosos e intensos, sofrem intensamente com os desdobramentos dos empreendimentos dessa atividade, é o caso da infraestrutura e logística.

Com relação às áreas dos processos minerários, os territórios quilombolas são sobrepostos por 63 delas. Na porção nordeste do estado, os territórios quilombola Jacarequara, Jurussaca, Menino Jesus, Mucambo, Muruteuzinho, Narcisa e Santa Rita de Barreiras têm a maior parte de seus territórios (a maioria completamente) sobrepostos. O mesmo ocorre com os terras quilombolas Água Fria, Arapema, Ariramba e Peruana, porém estes estão localizados na porção noroeste do estado. Os territórios quilombola Guajará-mirim, Alto Trombetas I, Alto Trombetas e Arapucu (na porção nordeste), têm parte considerável de sua área sobreposta por áreas de processos minerários, porém com menor percentual que os anteriores.

Os territórios quilombolas representados no mapa apresentam, de forma geral, menor quantidade de áreas sobrepostas por áreas de processos minerários que as unidades de conservação e as terras indígenas. Mas essa quantidade reduzida deve ser relativizada na

medida que muitas áreas quilombolas ainda não foram reconhecidas como tal, não sendo possível delimitar seu.

UMA MENSAGEM PARA O FUTURO

Historicamente, a Amazônia sofre a apropriação de seus recursos naturais. As populações tradicionais estão entre os que mais são atingidos negativamente por estas atividades. Por outro lado, tem aumentado o grau de organização dessas comunidades frente aos grandes empreendimentos de extração dos recursos naturais, entre os quais aqueles conduzidos pelas companhias mineradoras.

Essa resistência precisa ser ampliada, buscando conciliar as reivindicações das diversas comunidades envolvidas. Ela é uma condição necessária para atingir o verdadeiro desenvolvimento social. É possível alcançá-la e nisso reside nossa esperança no futuro.